

SRA. LUIZA MESQUITA: Bom dia a todas e todos que nos assistem. Hoje a gente abre o primeiro encontro do segundo eixo do Seminário Internacional de Governança da Internet, uma atividade da Escola de Governança da Internet. Esse eixo contará com duas mesas de debates, uma hoje e a outra na próxima quinta-feira que abordarão os temas que surgiram em torno do desenvolvimento da infraestrutura da Internet e o seu reflexo na governança da Internet.

Hoje a gente gostaria de agradecer a presença do Bertrand de la Chapelle e do Milton Mueller que aceitaram o nosso convite para estar aqui nessa mesa. E também do Prof. Flávio Wagner que vai ser o moderador desse debate. O Flávio Wagner é presidente do capítulo brasileiro da *Internet Society*, ex-conselheiro do CGI.br por três mandatos e coordenador do Fórum da Internet no Brasil por quatro edições. É professor titular aposentado do Instituto de Informática da UFRGS, onde ainda atua como colaborador. E foi presidente da Sociedade Brasileira de Computação por dois mandatos. Prof. Flávio, muito obrigado por ter aceitado o nosso convite. A gente te dá boas-vindas e gostaria de dar um... abrir a mesa com grandes... de grande sucesso, muito obrigada.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Agradeço muito, Luiza, pelas palavras e também pelo Comitê Diretivo da Internet, por moderar e organizar essa sessão. Dou, então, as boas-vindas, bom dia, boa tarde, boa noite para os participantes que estão conosco aqui. Esse é um seminário organizado pelo CGI.

O painel de hoje vai discutir Os Desafios da Infraestrutura da Governança da Internet, como que a Internet sem fronteiras tem sido ameaçada. No debate de hoje a geolocalização da Internet, a conectividade da Internet será abordada aqui. E há uma relação muito próxima sobre a legitimidade da infraestrutura da Internet e os protocolos da mesma que serão aqui discutidos. Esse painel vai falar sobre como essas disputas geopolíticas que se dão com relação à tecnologia vão afetar os recursos tecnológicos que são recursos críticos, com essa discussão o Comitê Diretivo da Internet convidou especialistas nesse setor que lidam com essa questão. Nós temos aqui Bertrand de La Chapelle e temos também o Milton. Eu agradeço pela participação de Milton Mueller e Bertrand por estarem aqui conosco hoje. Nós compartilhamos com eles duas perguntas iniciais, a primeira delas é: será que a resiliência da Internet, a segurança da mesma é uma questão técnica ou não? E a fragmentação e os *shutdowns* indicam um novo arranjo político para o reforço e o desenvolvimento da Internet? Com isso, eu agradeço e me sinto honrado de ser o moderador dessa sessão e de poder compartilhar aqui com os dois especialistas.

Mas antes de apresentar os nossos painelistas, eu gostaria de compartilhar com os senhores alguns pontos iniciais que fazem parte desse cenário. Um dos pontos fundamentais da governança da Internet é a gestão dos seus recursos críticos que tem a ver com as estruturas da Internet, como o domínio de nomes, de interesses(F) e o protocolo da Internet que é responsável pela interconectividade dos dispositivos. O objetivo sempre foi manter uma Internet aberta, de fácil conexão, mantendo a sua singularidade e resiliência. Entretanto esse objetivo, ele tem desafios com relação à soberania e às questões geopolíticas. Se a governança da Internet é considerada por alguns como sendo uma falha global, devido o fluxo dos dados que não são gerenciados pelas fronteiras, muitas vezes essas fronteiras, elas têm uma disputa com relação à legitimidade desse tráfego de informações.

Realmente, a polarização dessa fragmentação da rede é algo que estamos muito preocupados. De acordo com o Milton Mueller existe um novo alinhamento que é necessário com relação à Internet. Na prática, a Internet, ela é criada a partir de sistemas autônomos e independentes, o processo de balcanização e fragmentação refere-se ao processo da criação de barreiras, a imposição de desconexão e também uma série de outras intervenções que não estamos vendo aí a partir do desenho técnico da Internet.

Durante o processo da gestão de recursos críticos que foi discutido em 2016 pela ICANN o sistema da governança da Internet teve um momento de preocupação e de incerteza do futuro da supervisão dos domínios genéricos e das raízes desses endereços. Isso já foi estabelecido anteriormente, mostrando que essa gestão poderia mudar algumas dessas partes, mas nem todos os atores envolvidos nessa gestão. Esse experimento foi bem-sucedido, concluindo o processo de transição, mas sem representar(F) nenhuma novidade nessa representação desses novos envolvidos.

A disputa da legitimidade dessas arenas que discutem a infraestrutura da rede e dos recursos críticos é o ponto de partida dessas controversas ainda não dissolvidas. Como, por exemplo, as questões do novo IP preliminar, que mudou o debate técnico da evolução de parte da rede para ITU, que é dominada pelos governos nacionais. Parcialmente, isso demonstra que os espaços de governos, de recursos críticos encontraram seus limites. De acordo com a sociedade da Internet, essa nova proposta vai duplicar iniciativas tornando todo o esforço mais custoso e os esforços voltados para padrões, recomendações e normas que são responsáveis pela formatação da Internet.

Ao falarmos sobre resiliência da Internet, há algumas iniciativas que vão para outro lado, a Rússia realizou um teste para que todo o seu roteamento de tráfego se desse apenas dentro do seu território.

Esse não é um teste isolado, mas o resultado da legislação em aprovar essa lei nacional e em realmente proteger o seu país contra ciberataque, desconectando o país da Internet, estabelecendo assim a sua própria rede, uma rede da Rússia, a partir da sua legislação local e as mensurações próprias da rede.

Além disso, hoje em dia, há uma série de fechamentos ou desligamentos parciais ou totais da Internet, de acordo com autoridades locais. Hoje em dia, 33 países vivenciaram algum tipo de quebra ou interrupção da Internet nos últimos anos. E isso tem aumentado de maneira significativa nos últimos anos, especialmente durante conflitos internos ou durante períodos de eleição. E isso faz parte de tentativas de governos nacionais para irem contra programas internos, mesmo que isso afete a liberdade de expressão e afete também alguns serviços essenciais através da Internet. O Brasil também já vivenciou momentos de bloqueio parcial que dependeram de decisões tomadas pelos tribunais locais. A resiliência da Internet, então, está sendo colocada a teste, está sendo testada pela sua sociedade.

Além dos desafios relacionados à gestão dos recursos críticos, há novos desafios que são testados pelo crescimento do mau uso da Internet. Os governos, eles reagem ao discurso de ódio, a cibercrimes e ao poder que estão desobrigados do interesse público, da sociedade, das suas economias, trazendo, assim, novos riscos devido à fragmentação da Internet. Os governos, eles dizem que a soberania está nos seus países que devem ter autoridade de desenhar e estabelecerem quais são as principais formatações da Internet nos seus países. A infraestrutura da Internet, como combater o abuso no uso do DNS por si só. Um outro exemplo seria a proposição da codificação em criptografia para lutar contra os ataques, garantindo uma segurança da camada de infraestrutura da Internet. Os desafios que são apresentados a partir da infraestrutura, recursos críticos e protocolos são importantes para serem discutidos. Por um lado, queremos saber se esse modelo multissetorial ainda está apropriado ou se deve ser melhorado. E por outro lado, como que essas novas legislações, regulações e soberania podem afetar essas camadas e violar a estrutura da Internet.

Dentro de todo esse contexto, esse painel então traz aqui dois especialistas com a trajetória muito longa nesse ambiente da governança da Internet. Ambos envolvidos em discussões e debates na gestão de recursos críticos, os desafios impostos por diferentes jurisdições que defendem uma Internet sem fronteiras, os riscos da fragmentação e para a busca de uma soberania digital, evitando os bloqueios da Internet e o crescimento da pressão estabelecido por governos sobre a regulação de plataformas, lutar contra os

cyberattacks e conseguir aí uma cooperação digital através de um arcabouço da governança da Internet.

Com tudo isso, gostaria, então, de apresentar os nossos dois painelistas aqui. O Milton Mueller, que é professor no Instituto da Geórgia de Tecnologia Pública. Ele também é um pesquisador com foco na economia da política voltado para a Internet, direito de propriedade e a governança global. Ele foi um dos fundadores do projeto da governança da Internet, cofundador da constituinte dos usuários não comerciais. Ele trabalhou também em várias forças-tarefas. Ele foi eleito como... tendo um assento na ICANN e ele trabalhou também em várias forças-tarefas junto a essa organização. Ele é autor de vários livros, como *Ruling the Root: Internet Governance in Cyberspace*, de 2002, *Networks and States, Global Politics, Internet Governance*, publicado em 2010. E outro livro publicado em 2017 que fala sobre a soberania do espaço global.

Bertrand de la Chapelle ele é o cofundador do projeto de jurisdição. Entre 2002 e 2005 participou ativamente na cúpula do encontro da *Information Society* que promoveu esse diálogo entre a sociedade civil, os governos e o setor privado. Em seguida, durante o período de 2006 e 2010, ele foi o embaixador do *Information Society*. Com essa posição, ele participou em todas as atividades que deram sequência aos processos da governança da Internet, especialmente no Fórum da Governança global, IGF. Ele também foi diretor do *board* da ICANN até 2013. E ele também foi o *vice-chair* também desse grupo de conselheiros da ICANN.

Olha, o painel de hoje será organizado da seguinte maneira: cada um deles terá 15 minutos para sua apresentação inicial. Depois nós teremos dois *rounds* adicionais de discussão em que receberão perguntas feitas pelo nosso público, por mim e abriremos também para dez minutos em que eles terão a oportunidade de apresentar suas intervenções. Vamos passar, então, para a primeira apresentação aqui dos nossos excelentes convidados. Gostaria de iniciar, então, com o Milton Mueller que tem a palavra.

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Muito obrigado, Flávio. Que apresentação magnífica, conseguiu aqui tecer muito bem esse conflito que se dá entre a questão política *versus* a questão técnica. Eu gostaria, então, aqui de apresentar o meu ponto de vista de maneira rápida para que possamos ter mais tempo de interação entre você, o Bertrand e também com o público que está aqui conosco hoje.

Nós temos aqui uma questão entre a capacidade técnica e as instituições políticas, há um desencaixe entre a conectividade e a Internet e a estrutura básica dos governos modernos que são organizados a partir de estados nacionais que estão fragmentados a

partir dos seus territórios e a soberania de cada um desses territórios. E o que acontece quando você usa e participa da Internet? Você usa um protocolo como TCP/IP ou HTTP, que não é de propriedade de ninguém. E esses protocolos foram estabelecidos a partir de organizações de padrões transnacionais no qual qualquer indivíduo pode participar, independente se eles representam uma nação ou não. E daí, a partir de uma identificação única e de endereços de IP que são recebidos a partir de sistemas de registros não globalizados, estabelecidos, a partir de uma base regional. Você se conecta com outros provedores de serviços utilizando BGP, que são protocolos desenvolvidos por organizações de fins não governamentais que não reconhecem as fronteiras nacionais e sim reconhecem outras redes. E daí você nomeia os seus domínios, os seus endereços de e-mail a partir de roteadores e não a partir de organizações governamentais, mas sim a partir de organizações multissetoriais que são organizadas a partir de organizações sem fins lucrativos. Então, com tudo isso, temos uma mudança muito importante nessa estrutura da tecnologia de informação e comunicação.

Durante esses últimos anos de crescimento a conectividade realmente acabou deixando essa autoridade de regulamentação fora das mãos das autoridades. Na última cúpula da qual participamos, o governo tentou mudar essa estrutura e tentou colocar uma ordem conservadora sobre essa questão da soberania. E de fato o governo brasileiro, através do seu ministro das Relações Exteriores e através do NIC.br se sentiu desafiado, através da natureza do ICANN, que é o mecanismo de conseguir tornar uma política global mais profunda e aqueles estados menos democráticos, e o Brasil estava aberto a essa governança multissetorial a partir de uma base transnacional. E o Brasil, juntamente com o sistema da ICANN, que é supervisionado por um estado, por nação de estado, no caso os Estados Unidos, não estavam percebendo que estávamos tendo uma sociedade que estava sendo impulsionada por governos transnacionais.

Mas foi isso que levou ao debate contemporâneo da fragmentação. Talvez as pessoas envolvidas nisso fizeram uma admissão clara de que essa dominância da Internet, a sua infraestrutura, estavam sendo usadas para vantagens militares, estratégicas participando dessa rivalidade entre os países e em uma batalha pelo poder.

Então a ideia de uma Internet aberta e livre tomou um baque, teve um baque. Então essas chamadas de uma Internet nacional ou dizer que era uma questão de soberania nacional foram assuntos que foram levantados nessa discussão. Eles estavam propondo fragmentar ou vulcanizar a Internet. Depois começamos a ter um debate interessante sobre o que nós queríamos dizer com uma Internet

fragmentada. Havia muita confusão em relação a esse termo, foi aí que eu escrevi um livro tentando esclarecer esse ponto.

A fragmentação, como vemos hoje, não pode ser entendida como um fenômeno técnico. Tem a ver com essa tensão arraigada, histórica desse desencontro entre as instituições políticas e a capacidade das tecnologias de informação e comunicação em instituições semiautônomas que nós desenvolvemos em relação a essas tecnologias. Não somente os protocolos da Internet, ainda é o principal protocolo utilizado na Internet no mundo, mas também está se expandido a novos serviços e novos dispositivos. Estamos, na verdade, presos no protocolo original da Internet. Estamos até tendo dificuldade para fazer um *upgrade* do IPV6, com um espaço de endereço maior, que é tão necessário nos dias de hoje.

O alinhamento e não a fragmentação é exatamente o que está acontecendo. E o que quer dizer alinhamento? É tentar fazer uma autoridade sobre a Internet e também sobre a jurisdição em nível nacional. É impossível, para que o espaço cibernético, fosse criado dessa forma sem que uma ou duas coisas ruins acontecessem, e uma dessas coisas ruins seriam ilhas digitais em que cada governo tivesse seu espaço sobre o qual tivessem total controle como soberano, sem se conectar com ninguém mais. Uma outra opção é que essa soberania tivesse algum tipo de competição, aí tivéssemos um governo meio hierárquico que tivesse uma autoridade de supervisão sobre os outros. E em qualquer desses cenários, imagino que todos os envolvidos com a Internet não gostam de nenhum deles, é claro.

Agora, bom, quando eu falei desse conceito de alinhamento, pensando de nações, de Estados, nação. E temos cerca de 200 no mundo, mas agora estamos em uma nova fase. Agora temos uma competição entre os três principais blocos de poder no mundo, os Estados Unidos, a Europa e a China. Cada um está tentando impor uma questão de soberania ou de dominância em um certo espaço de fiscalização disso. E sim queremos saber quem é que vai ser o domínio supremo. Isso está acontecendo entre esses três grandes blocos político-econômicos. Europa, Estados Unidos e China, como disse. Não me perguntem onde que a América Latina se encaixa nisso.

Algumas leis foram aprovadas falando de jurisdição além das suas terras, além dos seus domínios geográficos Claro que primeiro criou-se um padrão de privacidade, mas agora isso está indo além. O que nós... deu certo com o GDPR quando nós estávamos tentando gerar uma jurisdição extraterritorial em serviços digitais e plataformas. E o que é mais interessante é que foi criado uma diretiva sobre a segurança na Internet e na sua segunda versão ela determinava a autoridade em relação aos servidores-raiz. E eu achava que a gente já tinha transcendido isso. Francamente, eu não acho que os europeus

saibam o que estão fazendo ao fazer isso. Eu acho que na cabeça deles, eles estão dando apoio à segurança cibernética ao impor normas e leis sobre os servidores raiz, mas eu acho que eles não entendem a questão de como funciona a segurança desses sistemas. E essa segurança pode ser tratada pelos próprios responsáveis e gerentes desses servidores e a própria ICANN sabe quem são os usuários e seus registros. Não creio que precisássemos intervir nessa questão, mas essa é uma questão totalmente à parte.

Um outro ponto interessante é essa rivalidade Estados Unidos-China que está surgindo. No governo Trump, os Estados Unidos cruzaram uma linha que não tinha cruzado antes, abandonando o seu papel anterior de líder e defensor do ciberespaço. E os Estados Unidos passaram a se tornar mais nacionalistas e de alguma forma imitando as políticas neomercantilistas dos próprios chineses. E eu não preciso nem entrar nesses elementos, provavelmente os senhores sabem das restrições dos investimentos de capital nas empresas americanas, falamos do bloqueio do TikTok, do WeChat, tudo isso falhou. Mas aí é que nós podíamos ver até onde a coisa podia ir.

Também na parte de controle de exportação dos circuitos eletrônicos, ou seja, essa concorrência é além da Internet, ela atingia outras áreas das TIC(F). Esse é um ataque muito grave na coerência e uniformidade dos sistemas de comunicação internacional. Não é que os chineses são santos, eles estão também se envolvendo em várias formas de espionagem contra os Estados Unidos, também bloquearam acesso das informações das empresas de informação americanas ao seu mercado, por motivos econômicos e políticos, e tem também leis de localização de dados muito específicas e também leis que fazem regulamentação do uso da nuvem. Isso acaba sendo umas barreiras comerciais contra um fluxo mais livre de informação e economia.

Agora está surgindo uma criptomoeda chinesa que foi criada... na verdade é um resultado de uma dominância nos Estados Unidos sobre os sistemas financeiros internacionais. E agora percebemos como que o poder político vem do controle dos sistemas financeiros. Então, por exemplo, quando nós implementamos sanções para tentar controlar o comportamento de outros países, estamos impondo a nossa dominância no sistema financeiro e também do uso do dólar como moeda internacional para poder garantir isso. Se a China está desenvolvendo uma criptomoeda que foi criada para ser um sistema financeiro alternativo ao americano, então, finalmente estamos falando não somente de um alinhamento no sentido que eu havia definido como uma fragmentação da Internet, mas sim estamos falando de dois sistemas de economia política totalmente diferentes, que inevitavelmente vão gerar barreiras e incompatibilidades no mundo na parte de informação e comunicação.

Em resumo, estamos em um processo de transformar o espaço cibernético em algo nacional e controlado. Não é só porque é um governo autoritário nacional, mas também uma extensão do sistema de soberania nacional e ele está subestimando os enormes ganhos que o crescimento da Internet atingiu, subordinando esses ganhos aos ganhos de poder dos governos nacionais, especialmente esses três grandes blocos de poder: Europa, Estados Unidos e China. Bom, era isso o que eu tinha a dizer. E agora eu gostaria de passar para o Bertrand.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Muito obrigado, Milton, pela sua excelente perspectiva de fazer essa relação das disputas da Internet com outras questões geopolíticas bastante importantes. Bertrand, gostaria de lhe passar a palavra.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Muito obrigado, Flávio. Eu gostei bastante da apresentação que o Milton fez, gostaria de começar fazendo um comentário, que um investidor fez já há algum certo tempo. Ele disse o seguinte: nós temos problemas técnicos de dimensões políticas e agora nós temos problemas políticos com dimensões técnicas. Eu acho que isso responde, basicamente, esse desafio que enfrentamos.

Eu não posso me furtar a dizer que eu organizei os meus comentários em relação às três partes pelas quais sou famoso, vou dizer três coisas, portanto. Primeiro, nós perdemos 18 anos em debates estéreis. Em segundo lugar, estamos agora em uma guerra que ninguém vai ganhar. E em terceiro lugar, nós precisamos de uma nova abordagem, uma mudança de paradigma para poder atacar os problemas reais e não entrarmos nos debates errados.

Milton tem razão, existe uma tensão natural entre as jurisdições da Internet e esses grandes blocos de poder. Então, essa é a arquitetura do nosso sistema da Internet, nós temos soberanias diferentes com base na territorialidade. E a questão, já, que está no ar há muitos anos é qual é o papel dos governos. E aí a pergunta é: as leis nacionais se aplicam à Internet? E sim, é claro que as leis nacionais se aplicam à Internet ou aquilo que as pessoas fazem na Internet. É importante fazer essa distinção entre o governo da infraestrutura da Internet e o governo na Internet. Mas a questão é como que essas leis se aplicam. É difícil de conseguir gerenciar esses espaços comuns.

E também essa questão da sociedade da informação, que foi mencionado pelo Milton. Tem uma frase na definição de governança da Internet, que aqueles que acompanham esse processo conhecem muito bem que é: em seus respectivos papéis. Eu sempre disse que há diversas fases quando a gente desenvolve estruturas de governança, definir a agenda, fazer uma versão preliminar, validação, implementação e fiscalização. Mas sempre foi claro para mim que esses

respectivos papéis dos atores: governo, setor privado, depende do estágio da discussão, do que é e onde essa discussão está ocorrendo. O que é mais importante é que também, Milton já mencionou várias vezes dentro dessa noção de arquitetura, e eu acho que nós estamos em uma situação de crise.

Que nem no caso do telescópio de Galileu que mostrou o sistema não funcionava como se pensava porque, quando você vê pelo telescópio... então, as coisas não batiam com o modelo existente até então. É agora o que está acontecendo, essa arquitetura está sendo desafiada pela arquitetura da Internet. E as decisões que são tomadas em um país intencionalmente ou não, têm impacto em outros países. É aí que nós temos essa contradição nesse princípio da separação das soberanias e da não interferência. O problema é que nós estamos enterrados nesse debate. Qual é o papel dos governos? Deveria ser superior ou deveria ser simplesmente um setor dentre tantos, ou deveria ser considerado só depois? Milton mencionando sobre a questão da Europa, Estados Unidos e China. E é fascinante que na Índia eu comprei um livro chamado *Data Sovereignty*, fala de uma batalha sobre isso. Para poder re... trazer a supremacia, trazer essa autoridade suprema dos governos de volta. Perdemos 18 anos, porque esses debates estão indo, mandando as mesmas... de novo, voltando nas mesmas mensagens, etc. Inclusive, isso interrompe muito essa cooperação. E esse debate não avançou muito nesses 18 anos.

O segundo elemento que eu queria abordar é a questão que nós estamos em uma batalha jurídica. Nós descobrimos que o que as pessoas fazem na Internet, na vida real, não há uma terra em que vai todo mundo conviver muito bem, leões e ovelhas, todos juntos. A Internet reflete o que é a humanidade, portanto nós temos problemas. Há abusos. Porque isso faz parte da natureza humana. Então, nós passamos de um período do início dos anos 2000, onde tinha uma euforia tecnológica que nada pode dar errado, quando agora sofremos um tipo de retrocesso em que a Internet está causando problemas, ou melhor, os humanos que usam a Internet estão causando problemas, causando um desbalanço, um desequilíbrio entre poderes e economias. Como é o caso dessa rivalidade entre Estados Unidos e China. E isso levanta muitas preocupações.

Dito isso, nós temos que reconhecer que já existem certas preocupações que são legítimas. Tem questão de segurança cibernética, há questões de discurso de ódio, de privacidade, são preocupações legítimas. Quer gostemos ou não, os governos devem ou deveriam ter, porque nem sempre isso acontece, eles têm a responsabilidade de proteger os seus cidadãos. O problema é que o instrumento internacional tradicional é insuficiente no caso da Internet. Quando nós pensamos nisso, a arquitetura intergovernamental internacional se baseia no princípio de não cooperação e todos

participaram de negociações internacionais sabem que quando os governos realmente conseguem cooperar é quando eles estão contra a parede. E aí eles são forçados a trabalhar juntos. E ainda assim, como a gente viu aqui na pandemia, nem assim isso acontece.

Então, o que estamos observando hoje é realmente uma luta jurídica em que essas medidas só tornam o problema mais difícil ainda de ser resolvido. Existe uma competição entre os países dos estados, mas também entre os países e as principais empresas que trabalham na Internet. E isso tem sido intensificado porque a falta de confiança uns nos outros tem aumentado, até porque todos esses atores não se falam.

Infelizmente não temos como abordar essas questões da sociedade digital sem cooperação, sem cooperação entre os diversos autores e diversos formatos. Essa situação me lembra da guerra dos 30 anos na Europa no século 17. Por 30 anos os protestantes e os católicos estavam convencidos de que eles iam vencer. E continuaram à exaustão, até destruir toda a infraestrutura com massacres que nunca tinham sido vistos antes. E eu acredito que nós estamos na mesma situação. Nos governos, entre nós, ou contra as empresas, eles acreditam que no fim vão prevalecer. E aí quem vão ser as vítimas? A infraestrutura técnica da Internet e os benefícios que a Internet trouxe a todos até hoje. E se formos dar um passo atrás, eu só vou falar de Vinsurf(F), que em uma das conferências que nós organizamos sobre políticas disse o seguinte, ele falou: a organização da coexistência da diversidade das leis internacionais, na Internet, é muito mais complexo do que ter inventado a Internet. Veja bem, foi ele que disse, uma frase bastante forte.

Eu acredito que organização da coexistência das pessoas on-line e bilhões, milhões de diferentes governanças, diferentes estruturas de governança, já é, realmente, um desafio para a civilização. Como nós conhecemos muito bem a citação que é normalmente mencionada, de 2004, que diz que basicamente ao lidar com a governança da Internet, nós precisamos realmente perguntar àqueles que a inventaram. E isso me levar à terceira parte da minha palestra. Daqui para a frente, eu quero mudar um pouquinho esse debate, eu sei que já estamos nos movendo um pouquinho fora da questão da infraestrutura. E o Flávio já mencionou isso aí também. Eu gostaria de apontar aqui que o que nós realmente precisamos falar aqui é sobre dados. E o que está correndo um risco aqui é realmente a esfera de dados e essa esfera de dados que na realidade são todos os dados que são produzidos e que faz parte das atividades e que realmente refletem as atividades humanas, esses dados sim representarão o maior desafio.

E nós que trabalhamos nessa rede acabamos de lançar, hoje, em coorganização com o Japão, realmente, um relatório e o título é:

Precisamos falar sobre dados, que traça um debate entre o fluxo de dados livres e a soberania dos dados. O que ocorre no momento é que estamos na presença de uma forte polarização entre esses dois conceitos. Dados ou soberania digital realmente tem... está em um rali aí entre vários desses governos. E para ser bem honesto, eu não sei se muitas pessoas entendem exatamente o significado desse conceito e é isso que o relatório tenta fazer. E eu encorajaria vocês a darem uma lida nesse relatório. As medidas que são adotadas com base nessa estrutura da soberania digital ou nesse rótulo da soberania digital, com frequência, eles tentam abordar essas questões, mas estão baseadas em uma base territorial, nessa noção de soberania, como, por exemplo, localização de dados, geolocalização. E o que é preocupante é que tem consequências intencionais. Eu não irei elaborar a respeito dessas consequências, mas elas existem. E o efeito bumerangue aí acaba, realmente, atacando os atores que são responsáveis por essas medidas. E esses são sistemas dinâmicos, complexos, e as pessoas não estão familiarizadas com a dinâmica de sistemas tão complexos assim.

E mais importante ainda é que várias dessas medidas que são tomadas no momento, elas visam uma tentativa de mudança, algo que ainda não está dentro de um arcabouço internacional, de uma arquitetura internacional. E isso nós notamos durante a pandemia e na mudança climática, que muitas vezes ela acaba evitando essa abordagem mais internacional. E a minha sugestão é que uma das formas de aborda-la e podemos discutir mais sobre isso é perguntar, quais são as regras a respeito de quem configura, quem implementa, todas essas regras dentro da esfera dos dados. Essa é a pergunta certa a ser feita. E nós precisamos e já disse isso anteriormente, necessitamos de um protocolo de governança que possa organizar as interações entre governos, grupos da sociedade civil, empresas para assegurar a interoperabilidade entre esses atores, algo como temos HTML e outros protocolos e garantir essa interoperabilidade entre bancos de dados heterogêneos ou ainda entre diferentes redes autônomas.

Esse é um ângulo que vale a pena ser explorado, porque de uma forma ou de outra, diminui a importância daquelas questões as quais estamos focando demais no momento e nos leva para a causa-raiz, ao invés de focar nos sintomas. E como Milton já descreveu, é um desafio, eu entendo, especialmente com relação a toda essa questão da territorialidade, que é necessária em alguns casos, mas não em todos os casos, já que tem uma série de consequências envolvidas aí. Eu acho que a ideia é olhar o problema de uma maneira mais holística, eu acho que ver o governo dentro dessa esfera é algo bem positivo, é uma tarefa interessante, positiva. E para concluir a forma como vamos governar a esfera de dados, como vamos organizar esse debate com

as nuances necessárias, como vamos entender e ver a inovação por parte do governo, daí sim nós vamos criar a sociedade digital que queremos e que vai garantir a nossa sobrevivência. Todas essas questões então são questões relevantes, com uma série de questões e não devemos perder tempo, não devemos nos distrair com questões que sejam individuais e sim tentar uma abordagem mais ampla, mais profunda e global. E entender a governança dentro dessa esfera de dados.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Agradeço, Bertrand, realmente, essa noção de desafios dentro das civilizações é uma noção muito interessante. Eu mencionei na minha introdução que esse modelo de multissetorialismo talvez tenha chegado ao seu limite, mas é interessante ver essa outra perspectiva que realmente essa ideia de territorialismo, soberania de jurisdições, talvez também tenham chegado aos seus limites. E sim representam desafios interessantes para os dias de hoje. Talvez o Milton Mueller gostaria de reagir aos comentários de Bertrand, ou podemos passar para outras questões. Gostaria de reagir agora ou não?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Sim, tenho alguns comentários. Bertrand está falando sobre a esfera de dados ao invés de governança da Internet, eu acho que ambos estamos notando aí essa mudança de direção. O que ele fala sobre esfera de dados, eu acho que tem por aí um certo de fetiche com relação a essa coisa dos dados, eu acho que temos aí algumas ferramentas que seriam cibernets(F). Se lerem o trabalho das pessoas que desenvolveram a ciência da cibernética(F), que controla a máquina, que é o que tem controle das máquinas através desse conceito da governança, ou seja, a informação e o controle das coisas. Colocando a sociedade, as leis e as instituições... nunca fizeram um bom trabalho na análise das instituições ou como as instituições trabalham, apesar que elas chegaram lá. Toda essa análise se dá sobre a esfera do governo.

Agora, quando falamos de dados, quem controla esses dados, como esses dados fluem daqui para lá, e isso está dentro da rede e é necessário o controle da rede, o controle das máquinas, também, e quando temos ali aquela relação, por exemplo, na questão dos Estados Unidos e da China, quem controla essa passagem de dados e, por exemplo, circuitos de integração de rede durante um período eleitoral, por exemplo, e quem é que controla o banco de dados no treino da inteligência artificial? Isso tem a ver com dados? Sim, mas também tem a ver com processos, tem a ver com rede. Na verdade, é uma fusão de todos esses processos. Por isso é necessária uma leitura um pouco maior de tudo isso. E com relação a termos alcançado os limites do multissetorialismo e da falência do sistema Ocidental. Sim, parte do problema é que os sistemas governamentais já disseram que o mecanismo de feedback está baseado em buscar ou encontrar as

populações territoriais, estabelecer as suas preferências, preferências eleitorais, preferências de mercado. E tudo isso está sob a tutela de uma coordenação global. Mas isso não vai funcionar. Eu acho que todos já alcançamos o limite do multissetorialismo devido as suas propriedades escalonáveis. Não dá para fazer tudo da forma como fazíamos no momento ali, em que estávamos ali, a cabo da direção ICANN. Sim, eu entendo o que você está falando. E nós podemos votar uma série de nações fragmentadas, ou ter, por exemplo, uma eleição que seja gigantesca, também pode ser afetada com relação a essa questão.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Posso comentar um ponto no que o Muller disse? Com certeza, eu concordo muito com a conexão da cibernética e dessa questão da criação de sistemas complexos que nós mesmo construímos. E a instituição dessa arquitetura de sistema que seja mais internacional e essa construção de um sistema internacional é supersimples. Nós temos ali todos os países e temos um mapa ali muito simples, é fácil colocar ali os Patches(F) em cada um desses países. E daí você vai em uma conferência internacional e eu faço parte desse sistema, e como um único representante daquele território pode representar a diversidade de percepções de um ponto bilhão de chineses, ou sei lá quantos milhões de americanos, não dá, não é? É uma arquitetura. É uma arquitetura que funciona bem para uma não corporação, para evitar danos, para evitar algo nocivo, para criar um espaço. Ok, mas para corporações maiores, isso é uma estrutura completamente inadequada.

Quando o Flávio perguntou se era algo obsoleto, algo que já era, eu devo dizer uma coisa: no mundo de hoje ainda utilizamos a física de Newton, não é? Você não precisa de mais nada a não ser aquela física de Newton. Agora, quando falamos sobre o perfil psicológico e sobre a velocidade, daí precisamos da teoria da relatividade. E essa é uma ilustração de que uma teoria não vai substituir a outra, não vamos abandonar a soberania. Agora, o exercício, se o exercício da soberania apenas estiver ligado ao território, as pessoas que estão naquela nação, naquele território, a noção, essa é a noção tradicional de soberania. E o momento, os tempos que estamos vivendo hoje em dia que é da Internet, e no momento que temos as medidas da Internet em que impacte(F) apenas aquele país ou outros países, daí sim, ao impactar outros países, você precisa ter um grau de responsabilidade, porque isso vai além da soberania territorial. Por isso eu sempre estive muito interessado em todo esse debate sobre a *Information Society*, a Sociedade da Informação no termo que é muito famoso que diz: a governança tem a soberania sobre a política da Internet. Ou seja, tem o direito e a responsabilidade da política internacional pública.

E eu sempre interpretei esse conceito sobre: sim, há direito da governança sobre a tomada da política internacional, mas também há um nível de responsabilidade que não existia na arquitetura tradicional, e que agora sim está ali bem no centro e no meio dessa discussão atual.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Bom, Bertrand, você estava falando aí sobre os processos e como as cooperações podem ser possíveis dentro desse contexto e uma das consequências desse processo é o IGF. E um dos relatórios do painel dessa cooperação digital que foi estabelecido em 2019 pelos Estados Unidos, eles propuseram passar o IGF para um outro patamar, através de questões de cooperação que vão além das questões de governança da Internet. Vocês acham que o IGF Plus abre uma nova oportunidade para o modelo de multissetorialismo, será que esse é o Fórum correto para discutir, não apenas os desafios da governança da Internet mas também para discutir os desafios da colaboração digital, como, por exemplo, a soberania digital, o desenho de governos para regular uma série de desafios territoriais ou de jurisdições, ou é inevitável que esses desafios vão migrar para esses fóruns de Internet.

Será que há um meio termo aí entre essas duas soluções, uma que vai preservar o modelo multissetorial de maneira justa para atender os governos. E ainda, próximo a essa ideia e os desafios enfrentados, acreditam que a comunidade da governança da Internet está pronta para propor padrões globais ou melhores práticas que por um lado possam evitar a fragmentação da Internet e por outro lado possam criar uma harmonização de leis regionais, nacionais. É possível já ver resultados que sejam consequências desses projetos de jurisdições e a partir das várias normas que são propostas pelas comunidades dos espaços cibernéticos, ou será que ainda é muito precoce esperar resultados como esses? Milton, você pode iniciar?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Sim, é uma pergunta bem complicada, mas muito pertinente. Olha, sobre a questão do IGF, do Fórum Global da Internet, e também você falou sobre maneiras mais profundas, ou mais abrangentes de governança multissetorial que possa realmente estreitar aí a lacuna que temos com relação às instituições atuais orgânicas da Internet e as nações que seguem esse modelo. Com relação ao IGF, eu acho que é necessário entender, e eu me sinto muito feliz de ser um professor dentro dessa área que estudo as instituições, os incentivos econômicos e tudo que as pessoas fazem dentro dessa área. O IGF nunca seria nada mais do que um fórum de discussão, e foi criado para tal fim e foi isso que o IGF fez até o momento. Poderia ter se saído pouco melhor, todos sabem como as sessões gerais do IGF não são tão boas assim como poderiam ser. São meio enfadonhas, né, todos sabem do que eu estou dizendo. Poderia ser um pouco diferente, os tópicos que são escolhidos ali, não é? Eu

acho que todo mundo fala muito sobre sustentabilidade, 'blá-blá-blá', coisa e tal. Mas outras discussões são boas com relação à rede e essas discussões precisam continuar, mas nunca vai sair daí, né, desse 'blá-blá-blá'.

Então, eu acho que as pessoas, ou se você faz parte de uma plataforma, você controla uma indústria de bilhão(F) de dólares, você vende serviços de informação e outras coisas do tipo. Quem vai poder negociar dentro do IGF, ou com o IGF, quem fará concessões? Quem terá um poder hierárquico, ou uma força dentro dessa hierarquia? E a resposta é: provavelmente ninguém dentro do IGF terá esse poder, talvez o teu governo nacional o tenha, ou talvez um bloco de um fórum político tenha tal alavanca para conseguir esse desenvolvimento regulatório que talvez nem você queira, mas nunca será o IGF. Então, como conseguir transformar instituições para que isso seja voltado para um perfil mais global e não tão regional ou nacional. Isso faz parte de um processo que parcialmente já está acontecendo, como, por exemplo, na ICAAN. O que a ICANN faz e como ela funciona? Ela trabalha não apenas como uma instituição multissetorial que representa diferentes grupos mas também ela trabalha porque tem autoridade contratual sobre esses grupos. Se você quer participar de um grupo, falando sobre um determinado domínio, você precisa seguir as leis de contrato da ICAAN e daí sim negociar ou representar com os tomadores de política daquela regra. Mas ainda assim é... Mas aí você tem aquela alavanca, alavanca essa que o IGF não tem e jamais terá. É como o Bertrand disse, essa é uma conversa que poderia continuar e ir em diferentes direções.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Obrigado Milton e Flávio. Quando nós organizamos a terceira conferência global da rede de políticas da Internet em Berlim, eu fiquei encantado de ver que em uma sala, coordenada por Norstram(F), uma pessoa que eu respeito muito, eles disseram: bom, o propósito da política pública é poder criar instituições que tragam à tona o melhor dos seres humanos, e isso realmente tem a ver com os incentivos que Milton mencionou. Respondendo à sua pergunta, Flávio, então, quando o painel sobre cooperação foi publicado, nós organizamos, a IGPN(F) duas consultas, dois eventos, uma na América Latina e uma na África. Na verdade, juntas. Com a African Union. Fizemos uma parceria com a Alemanha e lá nós introduzimos sessões dedicadas, algumas... abordar esses três modelos: o IGF Plus, o Cogov(F) e um terceiro que eu não me lembro o nome [ininteligível]. A mensagem que saiu dessas discussões foi muito forte e simples: não existe coordenação suficiente entre as diferentes entidades de assistência internacional, seja no sistema das Nações Unidas ou entre outros atores. Mas o que é mais importante é combinar as coisas. E não apostar exclusivamente no IGF Plus, porque aquilo que foi descrito como uma noção muito vaga de

um Cogov(F), que seria uma abordagem mais coletiva, envolve muito mais coisa. A iniciativa é que as pessoas estão realizando por conta, podem ser por IGFs locais, mas poderíamos ir além do que aquilo que nós estávamos fazendo, dentro daquela rede de jurisdição e políticas públicas.

Isso levantou essa questão e deu luz àquilo que nós estávamos lutando, não é? Como o Milton falou, esse valor. Queríamos ter uma abordagem diferente, na parte de formulação de políticas públicas é importante ter a inovação sem permissão, ou seja, a base da Internet. Eu acho que nós precisamos de iniciativas e políticas que não exijam permissão, que não precise esperar, como em uma organização internacional, por dois, três anos de discussões, até que o birô das organizações internacionais chegue a um consenso para que então essa questão possa ser levada para discussão, quando em geral já é tarde demais. Então, a possibilidade dos atores levantarem ali os diversos setores relevantes, sem uma autoridade específica, simplesmente um desejo de gerar uma solução melhor e aí submetê-la, ou implementá-la diretamente. Como o desenvolvimento de protocolos e padrões, por exemplo, nas arquiteturas técnicas. Nós precisamos de padrões de políticas. E eu concordo que todos os tópicos não podem ser tratados dessa forma, em certos casos realmente existe uma tensão real que precisa ser resolvida em certas lutas de poder.

Mas várias coisas podem ser melhoradas e podem reduzir essa desconfiança entre os atores. Vou dar um exemplo sem dar nome aos bois, só essa noção de que as empresas poderiam reconhecer que receberam uma solicitação de alguma força policial em um outro país por causa de uma investigação, só essa ideia de que eles poderiam reconhecer que teve essa solicitação, já é um pequeno passo, mas que poderia ter um impacto, uma melhoria muito grande na relação entre os atores. Tem ali toda uma gama de possibilidades, mas eu quero destacar não somente o IGF Plus, que é uma evolução interessante, mas é importante levar em consideração todo o ecossistema de atores que podem selecionar um tópico, envolver todos os *stakeholders* e aí pensar: o que pode ser feito de uma maneira melhor? E se for um bom padrão, uma boa política, eu acho que isso pode ser selecionado, ser traduzido em legislações e depois serviços providos pelas empresas, que como sabem, isso também faz parte da definição das normas, porque as empresas têm esse poder atualmente.

Essa é minha resposta. Eu acho que essa questão do modelo multissetorial, essa abordagem, ela deve ser a base desse tipo de iniciativa para políticas sem necessidade de permissão. Eu acho que é isso que nós estamos buscando.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Muito obrigado pelos seus comentários. Isso não seria o papel do incubador de políticas dentro do IGF Plus? Não caberia a essas pessoas pensar nesse

problema e tentar propor soluções que poderiam, por sua vez, ser oferecidas a governos, empresas e assim por diante?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): O que o Bertrand está dizendo é que qualquer um pode fazer isso agora, não precisa ter a bênção de alguma organização internacional. O Bertrand está criando, então, ali uma rede para discutir essa questão da jurisdição, nós também, em relação a relação entre os Estados Unidos e China, e outras pessoas estão fazendo coisas similares.

Esse é um problema analítico muito grave nessas discussões, quando nós pensamos na evolução do modelo multissetorial. Eles superestimam a necessidade de formalização de uma ação coletiva e subestimam o papel dos mercados, das pessoas que estão fazendo transações. E subestimam também o papel das redes de governança informais que espontaneamente respondem aos problemas.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Sim, eu concordo. Existe uma distinção muito grande entre a função e a instituição. A função de incubação é crucial. E é muito bom que nesse painel eles tenham levantado essa questão. Por outro lado, dizer que só deveria ter uma incubadora é algo impossível porque, sejamos sinceros, se fosse esse o caso, a gente teria uma incubadora para todas as startups do mundo, e se você não fosse aceito nessa incubadora, "Nossa, você não pode ser startup". A questão... Aí nós íamos ter uma luta de poder por quem controla a incubadora.

Que bom que há iniciativas como incubadoras, que estão espalhadas pelo mundo. Mas tem uma coisa que está faltando ali nessa discussão geral. Qual seria o capital de risco para a política? Porque o desenvolvimento de iniciativas de políticas, como são mencionadas, deveria passar pelos mesmos estágios, você ia precisar primeiro de um investimento inicial, depois fazer várias rodadas de teste e depois ter uma infraestrutura coletiva em que o financiamento das atividades de políticas, da maneira como estamos discutindo aqui, seja realizada de uma maneira similar. E é claro, não tem aquele *loop* de feedback que a gente tem em capital de risco. Em que você pega, acaba ganhando muito dinheiro e isso refinancia o seu negócio e assim por diante. No caso de formulação de políticas, isso não aconteceria.

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Se eu puder, eu gostaria de falar sobre os incentivos que afastam as pessoas de cooperações. Quando nós falamos: "Ah, vai ser ótimo ter o IGF Plus com os governos e as grandes empresas e a sociedade civil, todos unidos". Pensem, nos incentivos políticos e econômicos de uma corporação dentro do Estados Unidos, se eles puderem convencer o comovo e que os ataques cibernéticos russos estão ameaçando derrubar toda a infraestrutura crítica americana e convencê-los de que os cidadãos, eles estão, na verdade, prejudicando todo o orçamento

dessas agências, da parte cibernética, que por sua vez sustenta aquela primeira empresa, lá no caso do exemplo, a Raytheon(F). Então, o que vai acontecer? Você acha falar que eles vão falar para o IGF, falar: "Olha, vamos envolver todo mundo?", ou será que eles vão naquele ambiente político que... e trabalhar com eles dessa maneira meio limitada?

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Um ponto que me vem à mente, conforme discutimos isso, é que tinha... Jean Monnet falou que quando ele criou o primeiro esquema similar à União Europeia, ele falava: "Nada acontece sem humanos e nada permanece sem instituições". Então o que nós estamos vendo aqui é que não estamos prestando atenção na governança das estruturas de governança. O que está surgindo agora, e precisa surgir, essa é uma tendência muito interessante, é a emergência, como teve da IDF, da ICANN e de todas as instituições que vão surgindo, elas surgem porque há uma necessidade, não é porque alguém teve uma ideia brilhante. Falar: Nossa, vamos reunir as pessoas e fazer isso. E isso é feito tópico por tópico, de acordo com a necessidade. E é o que estamos vendo agora.

Eu não sei se a audiência prestou atenção, mas no último ano e meio, nós tivemos a criação e a institucionalização do GIFCT, o fórum internacional antiterrorista, o de contra terrorismo, o CyberPeace Institute também foi criado em Genebra, e também o comitê de fiscalização do Facebook. Então quando nós pensamos essas organizações, e eu pessoalmente acho que é um experimento muito interessante, mas nós precisamos discutir: qual é a governança desses sistemas? Qual é a distribuição de papéis da sociedade civil, da sociedade privada, dentro de tudo isso? A arquitetura de governança para as próximas fases com certeza vai trabalhar constituições dedicadas, tem que ver como elas vão funcionar e como elas vão interagir entre si. Nós precisamos definir esse protocolo entre sistemas autônomos para que se possa organizar uma rede e não um tipo de sistema unificado e hierárquico. Mas o IGF é muito importante para as funções que foram mencionadas pelo Milton.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Eu acho que você está falando do modelo de governança de Cogov(F), não é isso? Que era uma das opções naquele relatório do High-Level Panel, não é? A ideia de uma política distribuída em redes e em algum tipo de estrutura de coordenação. Para que realmente não se percam.

Tinha uma segunda parte da minha pergunta. E talvez o Bertrand, que trabalha com essa parte de jurisdição, essas incubadoras de política, dentro desse cenário distribuído de formulação de políticas poderia trabalhar com isso. Então, você acha que essa é um formato válido? Já vê algum resultado concreto desse tipo de esforço de

harmonização? É possível que a sociedade, as empresas, os governos comprem essas soluções que saiam desses tipos de rede de formulações de políticas, também foi mencionado, as diversas normas que foram propostas pela Global Commission on Stability of Cyberspace. Imagina que a comunidade vai conseguir vender essas ideias para a sociedade ou para os governos?

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Flávio, obrigado por me dar essa oportunidade de fazer uma propaganda rapidinha aqui. Bom, tem algumas lições aprendidas aqui. Primeiro, não produzimos nada sem um processo dedicado, constante e interativo. Não vão ser sessões ou painéis que vão resolver um problema. Elas podem até levantar o problema, ajudar as pessoas a entender qual é o problema, mas para realmente gerar qualquer solução, nós precisamos ter um processo constante envolvendo os diversos atores.

Em segundo lugar, só funciona se você escolher os tópicos que sejam problema razoavelmente comum. E estimular as pessoas, desde o início, a olhar o problema que elas têm entre si, para ver que elas têm um problema em comum. E como seria bom resolver esse problema em comum, não? E aí sim elas vão querer trabalhar juntas.

Respondendo a sua pergunta: sim, nós acabamos de lançar, há duas semanas, uma série de kits de ferramentas que comparam os resultados do trabalho dos últimos três ou quatro anos em diversos grupos, ou seja, não temos resposta para tudo. Pode propor normas, critérios para a toma de decisões, é isso que esses grupos fazem, geram mecanismos, mas são grupos de trabalho voluntários. A meta é que as soluções sejam muito concretas, as propostas sejam muito concretas. Eu não vou entrar nos detalhes, as pessoas podem ir lá, olhar esses *toolkits*, esses kits de ferramenta. E o que eu posso dizer hoje, com muito mais confiança é que sim, é possível. Mas, olha, dá trabalho.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Milton, alguma reação em relação a essa fala?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Não, com certeza, do ponto de vista de ciências sociais, se formos criar uma rede de formulação de políticas que gerem mecanismos de inovação para governo, nós precisaremos ter um esforço sustentado ao longo do tempo. E eu gosto do fato de ele ter enfatizado a necessidade de focar em problemas em comum, que as pessoas tenham em comum. Quando nós vamos de um trabalho de rede aberta, e para um trabalho de IGF, né, do trabalho da IGF para um tipo de trabalho de instituição mais formal como a ICANN ou algum tipo de autoridade regulatória nacional, por que a gente passaria de uma situação para outra? No primeiro

caso, teríamos que ter algum tipo de problema em comum que exija que esse grupo adote regras em comum.

Se formos ter, por exemplo, uma raiz global com um sistema de nomenclatura, tem que ter um esforço coordenado, não tem outra opção. Tem que ter um tipo de processo institucionalizado e coordenado para definir como é que se faz as nomenclaturas. Agora, quando nós temos formas mais complexas de formulação de políticas, como por exemplo, quando fazemos moderação de conteúdo, isso não é claramente o tipo de problema que a gente consegue trabalhar de maneira coordenada, porque as relações de poder envolvidas, cada um puxando para um lado, nesse caso, a melhor coisa se fazer é ter formas de cooperação mais soltas. Tem que fazer essa distinção entre quando conseguimos trabalhar com instituições mais formais e com regras mais definidas e quais são os problemas que podem ser abordados nesse tipo de ambiente, como por exemplo evitar corrupção, gerar responsabilização. E por um outro lado, redes mais soltas de governança.

Eu, na verdade, sou muito otimista no sentido de que acho que os dois sistemas ajudam a resolver os problemas da Internet. Mas o que eu ando pessimista são as estruturas de incentivo que são criadas pelos sistemas nacionais e que acabam travando as pessoas dentro daquela estrutura de pensar e de poder daquelas ações e também há outros poderes militares que podem ter impacto no futuro.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Você mencionou aqueles *toolkits*, né, aqueles kits de ferramenta. Trazendo aqui essa discussão agora em relação à infraestrutura da Internet, aos recursos críticos. A *Internet Society* que eu sou presidente do *chapter* brasileiro definiu em 2010 um conjunto de propriedades críticas que seriam essenciais para poder preservar as características técnicas que explicavam o sucesso da Internet, os protocolos comuns com base de um mecanismo centralizado, um protocolo... Internet aberta e que tivesse tecnologias neutras. E a *Internet Society* também propôs um grupo de recursos que permitisse uma avaliação do impacto das medidas legislativas e regulatórias sobre essas propriedades críticas.

Então, se a gente fosse voltar para um outro exemplo, lá de 2014, um evento que propôs um conjunto de propriedades para o modelo multissetorial. Você acredita que a comunidade de governança da Internet internacional está pronta para chegar a um consenso sobre quais são as propriedades principais da Internet e seus processos de governança? Está pronta para defender esse consenso em diferentes fóruns, especialmente os intergovernamentais. Essas definições das propriedades e da governança fazem sentido? Vale a pena fazer essas definições e tentar defender esses princípios. Isso irá nos ajudar daqui para a frente, qual a sua opinião?

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Bom, deixa eu pensar. O impacto de avaliação que foi tomado pela Isoc, realmente, é uma ferramenta muito boa. É uma ilustração perfeita daquilo que eu estava falando a respeito das responsabilidades, quando temos esse efeito transnacional. Essa é uma das contribuições que traz conscientização sobre quando uma nova regulação é tomada e daí o que devemos pensar e considerar.

Segundo, eu acredito que apesar de todas as tensões existentes hoje em dia, há uma probabilidade muito maior de que os princípios e arquitetura da Internet irão impactar e transformar a forma como a governança tradicional funciona do que eu reverso. Nós vamos ter diferentes religiões coexistentes, como ocorreu também durante as guerras passadas. E eu acho que durante esse debate, seja de um ato ou do outro, o princípio é o seguinte: que haja proteção suficiente. E o princípio da arquitetura distribuída, é muito provável que esse princípio se torne a forma como vamos desenvolver o novo mecanismo de proteção e de colaboração. Vai levar tempo, e quando Milton e eu participamos desse encontro, nunca pensávamos que 20 anos depois ainda estaríamos nesse nível, nesse passo. E esse realmente é um problema.

E para concluir, o Flávio usou uma expressão: a comunidade da governança da Internet. Sim, era, no passado, uma pequena comunidade, era o que eu chamava de netset(F). Na verdade, éramos um pequeno grupo que viajávamos, quando isso ainda era possível, e nós nos encontrávamos em diferentes locais. E éramos esse pequeno grupo. Quando eu me tornei o embaixador da Internet, representando o grupo francês, tínhamos poucos embaixadores. E eu podia me relacionar com dois outros ministros da indústria, das relações exteriores. Mas esse não é mais o caso hoje em dia. Todos os ministérios e todos os ministros, em qualquer um desses países tem algo a ver com essa parte digital.

E quando falamos agora sobre a esfera de dados, todos os setores já são digitais, todos estão preocupados sobre como gerenciar essa questão digital. Manufatura, mobilidades, *smart cities*, todos, todos estão envolvidos nessa questão digital. Não governança da Internet enquanto infraestrutura, mas uma questão digital de dados, todos estão envolvidos. Por isso torna o problema ainda mais complexo. Mas ainda assim existe uma linha tênue. E exatamente porque temos um número maior de atores é necessário um protocolo que interfira nessa questão, porque se vamos, o quê, organizar aí, o quê, 190 embaixadores, tudo bem, juntamos todos em uma fala. Agora 10 milhões de pessoas, como é que vamos organizar a interação entre 10 milhões de pessoas? É necessária uma arquitetura que seja escalonável. E aí é que temos uma pressão, para trazer princípios, protocolos, voluntários para que haja um ganho a ganho.

E pegando a palavra aí emprestada do Milton, e a forma como as pessoas desenham a Internet, foi porque não apenas estavam tentando participar de algo, mas porque estavam trazendo benefício para si próprios. E agora, hoje em dia, precisamos exercer o papel de incentivadores para esses participantes dentro desse processo multissetorial porque dessa forma vamos ajudá-los a solucionar os problemas, ou esses problemas.

Eu gostaria ainda de expandir um pouquinho mais o seu comentário e o do Flávio. Eu estou um pouquinho preocupado com tendência da Sociedade da Internet em tentar mudar aquilo que eu vejo como valores sociais e políticos para termos técnicos apenas, e definir arquitetura em algo apenas técnico. Eu acho que o que precisamos fazer é proteger os valores sociais que a Internet promove. Inicialmente, talvez por acidente ou pelo seu desenho, por si. E não apenas um princípio em que as coisas são divididas ou roteadas, mas sim um princípio através da forma como essa estrutura é aberta, sem restrições sobre quem pode se juntar a essa rede. Sem ter um software proprietário, um serviço proprietário, mas sim uma estrutura básica fundamental e que todos possam ter acesso.

E a competição é algo que possa ser criado de várias maneiras e não uma única maneira e a liberdade de expressão é importante, assim como a liberdade de informação. É um outro termo muito importante, a democracia liberal. Todos estes são termos que devem ser enfatizados e não tentar dizer: Olha, esse é um princípio técnico que deve ser amarrado aqui ou ali. Não, eu não concordo com essas questões técnicas. Os protocolos da Internet, eles funcionam na Coreia do Norte, podem ser implementados em qualquer país, independente do regime político que aquele país siga, o ambiente político em que aquele protocolo da Internet seja implementado.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Olha, agradeço os comentários de ambos. Vamos tentar então levar essa discussão para o *global south*, e o Brasil, tem uma representatividade muito grande aí no *global south*. Que tem historicamente pouco protagonismo no ecossistema internacional de governança da Internet, mas o Brasil e a Índia, devido ao seu tamanho, dimensão e influência, em muitas situações, os problemas mais do preeminentes do *global south*, como acesso e inclusão digital não são os mesmos dos países mais desenvolvidos. Esse problema afeta tanto os governos do *global south* como também os demais setores da sociedade.

Há legislações que podem lesar a estrutura. E em uma dimensão mais técnica, como, por exemplo, o WhatsApp no Brasil que teve as suas consequências legais, levando a sistemas autônomos transnacionais. Vocês acreditam que os eventos podem ter um evento global aí, ou será que essas causas pelas fronteiras porosas dos

sistemas autônomos, vocês acreditam que as tendências ou acontecimentos a partir do *global south* possam ter impacto global, ou o *global south* está condenado a um papel coadjuvante? Agora, com relação ao colonialismo digital, como podemos ter esse domínio das empresas ou companhias digitais enquanto minimizando os riscos da fragmentação?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Temos várias ideias sobre isso. Então a questão do sul global se tornando um líder. Sim, isso é possível. E ainda se tiver algumas políticas e práticas que permitir aí o florescer da Internet, o desenvolvimento aí na maior da Internet nesses países não dominantes do sul global. E o que esses países estão tentando fazer é reagir de maneira reacionária aos países dominantes, como os países europeus, ou os Estados Unidos, ou ainda a China com suas medidas protetoras. Então ao invés de buscar uma maneira de tentar realmente buscar abertura do sistema de tal forma que possam se beneficiar das características únicas ou as vantagens singulares do sistema global como um todo. Como por exemplo a Índia, que tem ganho muito em conseguir terceirizar serviços de informação do que estabelecer barreiras aos aplicativos chineses, ou os aplicativos americanos.

Então, muitas vezes todo o diálogo do colonialismo digital, por assim dizer, acaba criando uma atitude reacionária levando aos mesmos padrões de proteção e de regulação que leva a esse desenvolvimento. E todo esse nacionalismo tecnológico é limitante o suficiente quando um país gigantesco como a China o faz. Agora, quando um pequeno país latino-americano, como o Chile, ou quando a Argentina o faz, daí, não, já era, não é? Você não vai chegar em lugar nenhum se for um país latino-americano como esses menores. Então, é necessário enfatizar o capital humano e sobre as capacidades, os recursos do seu povo. E isso deve ocorrer no ambiente livre, aberto em que todas essas habilidades possam ocorrer sem necessitar da permissão de outros que sejam apenas interessados no seu próprio interesse.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Olha, eu gostaria de agregar dizendo outra coisa. Nós falamos aí sobre estados, falamos sobre regiões, falamos sobre governos. Mas a realidade é que há muito impacto que vem das pessoas. E quando eu falo pessoas, eu não me refiro apenas a cidadãos e sim a indivíduos, em oposição a influência, a poder, a facilitação. E notamos isso nos Estados Unidos. Os Estados Unidos mudaram radicalmente com a Presidência do Barack Obama, depois, quatro anos depois, o Donald Trump eleito e agora com o Joe Biden eleito. É claro que há uma continuidade aí além disso que eu estou resumindo. Mas aí, na questão de quem tem influência dentro desse debate, os indivíduos têm o seu papel, são importantes. E o indivíduo pode ser o comerciante, pode ser o Milton Mueller, pode

ser quem for, muitas das coisas que estamos construindo, estamos formatando aí durante essa trajetória.

O papel que o CGI.br e que o NIC.br desempenham e que o Hartmut Glaser lidera aí dentro do NIC.br, ou, por exemplo, o IGF também realiza. Ou por exemplo, a Escola de Governança da Internet. Todas essas atividades, é uma contribuição, mostrando que o sul global pode produzir coisas, diferentemente ou não relacionada àquilo que o seu governo ali, desses países do sul global estejam desempenhando. Existe... nós identificamos na África uma rede nunca ouvida anteriormente, chamada Inovação para Política, *Innovation for Policy* que começou em 2019. É um grupo de pessoas. Eles estão sendo disseminados, espalhados por todo o continente africano. Eles ajudam na evolução, na discussão desses grupos multissetoriais. E eu acredito nisso, não se resume em um debate do sul global ou do norte global. Não, as legislações adotadas na Europa ou nos Estados Unidos, ok, são disseminadas devido ao extraterritorialismo dos seus países. Agora o desafio é encontrar espaço para que esses participantes estejam ativos dentro dessas discussões. E eu brinco dizendo que o colonialismo digital é que um senador do parlamento francês usa para explicar a relação ali com os Estados Unidos. Então, essa é uma expressão que pode ser utilizada de tantas maneiras diferentes para justificar qualquer coisa, mas não buscar soluções. Essa é minha opinião.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Obrigado, Milton e Bertrand. Bom, a China foi mencionada aqui diversas vezes, falamos a respeito do papel do sul global, certo, então, qual é agora o papel da China? Nós sabemos aí que com todo o *firewall* da China e toda essa questão tecnológica da Europa e dos Estados Unidos. E agora, qual será o futuro papel da China dentro de todo esse debate? A Jacqueline Piggato(F) que está aqui na plateia perguntou, por exemplo, qual é a influência da China no IGF. Vocês acreditam que a China vai ter um papel nesse jogo aí da política da Internet, nesses incubadores, ou será que a China simplesmente vai seguir o seu próprio caminho de maneira independente, ou vai fazer parte do debate conjunto? Qual é sua opinião sobre a China, dos senhores?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Olha, não dá para ter uma única visão sobre a China, porque temos as pessoas da indústria e da academia e da sociedade civil. Olha, os acadêmicos não têm a permissão de usar o termo sociedade civil na China, mas é possível que haja uma sociedade civil chinesa autônoma, e a indústria, as pessoas que trabalham na indústria e na academia, ou na governança da Internet, que estão superinteressados na participação não(F) global, no sistema multissetorialista. E eles estão também voltados às questões regulatórias.

Isso de um lado, mas há um outro problema, a China tem a questão de monopólio do sistema político que gera um impacto profundo. Então na China nós... eles dizem: Nós vamos nos desenvolver propiciando liberdade, direitos proprietários, acúmulo de capital, empreendedorismo, empresariado. E uma vez que formos bem-sucedidos, daí vamos controlar. E é isso que está acontecendo com as grandes plataformas. Eles estão desenvolvendo essas plataformas, depois se tornam uma ameaça para os governos dominantes, para alguns partidos, esses mais dominantes, e daí é uma drenagem dessas plataformas.

Então, existe esse estado monolítico, autoritário, por um lado. As empresas são boas, são inovadoras, há muitos cientistas, engenheiros, muito empreendedorismo. Eles querem fazer parte da economia global. E há milhares de estudantes que vão para a Europa, para os Estados Unidos, para serem educados, para terem a sua graduação universitária e vice-versa. Então é uma situação difícil. E a pergunta então é: como o sistema liberal democrático pode se relacionar a um partido que busca outras coisas. E na verdade nós vamos ter um workshop no verão que vai fazer uma análise comparativa sobre essas economias desafiadoras e que competem entre si.

Na verdade, eu não tenho nenhuma fórmula mágica para essa relação, mas eu acho que a primeira coisa é entender como que eles funcionam e qual que é a comparação ou a competição entre os sistemas jurídicos, os sistemas políticos e econômicos. Quais são os pontos que podemos... que podem comparar ou que podem competir entre essas nações. Está muito claro que a China não é aquele modelo que irá continuar como está. Eles realmente estão tolhendo a liberdade de expressão e todo o sistema democrático. Eu acho que é uma ilusão achar que isso vai continuar, porque eles dizem que isso está sendo tolhido, mas, na verdade, eles mostram sinais de fraqueza, ao invés de força. E por isso o sistema global, eu acho que vai fazer uma pressão bem forte com relação a essas fronteiras que estão sendo cortadas. E a principal característica da China, realmente, é escalonar a sua economia doméstica, que é tão gigantesca, que acaba gerando muita influência, exatamente como os Estados Unidos e a Europa, que tentam fazer o mesmo e serem bem-sucedidos. Então, na verdade, existe essa relação trilateral entre esses três grandes blocos que são as três principais potências e que serão responsáveis por impulsionar a governança digital, a governança da Internet, como esses três sistemas se interrelacionam.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Devo confessar que eu não sou um especialista na China, eu acho que ali tem um grande ponto de interrogação. Essa questão da natureza não monolítica e essa diversidade. É um país enorme, com muita gente e de todos os lados do espectro. Eu acho que mesmo dentro do partido

comunista também existem tendências internas, umas vão para um lado, outras para o outro, nesse tipo de direção, de discussão.

O que eu vejo como um grande problema é o desafio do engajamento. A China se dá ao luxo de poder jogar vários jogos de xadrez ao mesmo tempo, ela joga lá a abordagem das Nações Unidas, devido a questão de maioria, né, motivos históricos. E também uma relação muito robusta estabelecida com os países africanos. Quando se conversa com as pessoas africanas, eles falam: "Olha, gente, na verdade eu tenho pouco de medo com esses modelos opostos que a gente tem que escolher qual vai usar". E aí a Europa fica ali no meio falando: Não, não precisa escolher, mas isso é política. A questão é que a China tem muita alavancagem no sistema multilateral, tem a garantia da soberania, a responsabilidade do estado. E o principal objetivo é alavancar o seu sistema. Tudo bem, isso é justo, cada um está tentando alavancar os seus sistemas dentro do sistema internacional. Mas a economia de poder está trazendo mais visibilidade à questão da dependência da cadeia de fornecimento. Então, o que eu estava descrevendo como uma desconfiança cada vez maior entre os atores é fascinante e ao mesmo tempo muito perigoso. Porque nós sabemos que em um ambiente em que nós sempre contávamos com toda a parte de terceirização, fornecimento global, etc., agora isso é um sistema que está ameaçado devido a essa desconfiança que ocorre cada vez mais na arena geopolítica.

E também, nessa questão de querer moldar a arquitetura, a China tem a abordagem mais conectada em termos de inter-relações em nível internacional, com todos os atores. Muito mais do que qualquer outro país do mundo. A extensão do relacionamento, essa rede de relações que a China desenvolveu, visto que ela tem muitas pessoas que podem ir lá e criar relações com os outros, é realmente fascinante.

Então, voltando ao meu ponto, eu não conheço a China tão bem, acho um país fascinante. Mas eu acho que todos estão nessa grande armadilha do engajamento, porque você não consegue se engajar sem pré-condições e ninguém chega a um acordo sobre as pré-condições para garantir o engajamento. Então, nós estamos ali... tem uma expressão em francês que... é quando você fica olhando dois cães de cerâmica, assim, que estão um olhando para o outro, então, parece que eles estão brigando, só que eles estão só se olhando. A impressão que você tem é que eles estão lutando. E eu acho que é o que está acontecendo agora, nós estamos sentindo falta desses espaços de engajamento. Essas conexões, esses ambientes que não têm um pré-requisito, mas ao mesmo tempo não tem concessão. E aí é que fica aquela situação capciosa: nós precisamos pensar quais são os problemas em comum, sem, talvez, discutir algumas questões que são realmente problemáticas. Esse debate é algo para o qual eu não tenho

solução. Talvez a gente precise ter contatos mais pessoais, mas por causa da pandemia, temos oportunidades ainda mais limitadas para esse tipo de interação pessoal, que com certeza nos prejudica.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Sim, é interesse ver como que isso vai se desenvolver no futuro, essa questão do tamanho, do aumento da influência da China sobre a África. A China realmente é um *player* muito grande para ser deixado de fora dessa rede de incubadoras de políticas, dessa comunidade internacional que vai buscar solução para muitos dos problemas que nós temos de governança da Internet.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Sim, mas Como o Milton disse, talvez existam algumas fragilidades que nós não vejamos. Nós temos nossas fragilidades no mundo Ocidental. Mas talvez existam alguns elementos menos resilientes ou que talvez não vão evoluir tanto, não sabemos.

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Sim, eles dependem bastante, para seu crescimento e inovação, dependem da abertura dos mercados econômicos. E chegou aí um momento em que eles perderiam essa oportunidade. E essa tendência de queda poderia impedir a sua competitividade. O que me incomoda é a maneira com que os Estados Unidos falam das táticas chinesas. "Nós vamos subsidiar as nossas operações porque a China vai bloquear os nossos aplicativos, então, nós vamos bloquear os deles". Então se a Europa entrar nesse tipo de barreira recíproca, nós vamos ter o mesmo problema.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Queria agregar mais um ponto sobre a China. China é um caso único no mundo, tanto em termos de tamanho como também de ter o mesmo sistema de escrita, apesar de existirem várias línguas no país, nós temos o mesmo alfabeto na Europa, mas nós temos vinte e tantas línguas e aí as pessoas não se entendem. Então é a única entidade que tem tamanho suficiente para ser um mercado próprio, com a sua própria capacidade.

Mesmo para certos países na Europa que têm uma história de mil, 2 mil anos, entender o que significa ter essa sensação de 5 mil anos de experiência. E quando nós vemos a história da China, não precisamos nem voltar ao exemplo tradicional dos reinados que estavam em vigor no século 13. Mas a China mandava muitos navios para a costa da África, quando mudava o imperador, ou quando... todo o esquema era reconcentrado, era... voltava para o império que chamávamos de império do meio. Não diria que é possível para a China, agora ter chegado a uma massa crítica suficiente... uma reação que possa ser mantida independentemente do comércio externo. Talvez não seja exatamente igual no futuro, mas o mesmo tempo,

conforme nós temos um nível de desenvolvimento cada vez maior no país, talvez eles tenham aspirações de manter esses relacionamentos com os outros países, não sei quais são as tendências para o futuro, isso não está claro para mim.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Estamos falando de grandes *players* e também estamos chegando ao final do nosso painel. Temos só mais uns dez minutinhos. Eu gostaria de trazer um outro grande *player* para a discussão. Para falarmos um pouquinho sobre isso... a gente já falou um pouquinho, na verdade. Mas eu queria que vocês deixassem as suas últimas impressões, sua mensagem final para esse debate. E aí eu estou falando desse grande *player* que seriam as plataformas. Amazon, Microsoft, Google, Facebook, todas essas que conhecemos tão bem. Existem muitas reclamações em relação a como as plataformas agem nesse ecossistema, às vezes vão além da capacidade de regulação da própria sociedade. É possível trazer essas corporações para que participem do debate sobre políticas e princípios dentro desse ecossistema? Se eles agem de uma área um pouco transpolítica, ou além da política? O que os senhores acham da maneira como essas grandes plataformas participam da discussão de governança da Internet e como isso pode moldar o futuro?

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): As plataformas estão envolvidas no debate com a comunidade global em relação à governança. Os veículos para esse debate são as leis antitruste, as leis de concorrência. A Europa tem aplicado leis antitruste para as grandes plataformas desde 2010. A questão de moderação de conteúdo, por exemplo, talvez perspectiva americana, né, parece que todo mundo só fala disso, não é? E coloca, talvez, uma ênfase muito grande nessa capacidade das plataformas de fazer isso. Às vezes reclamamos que as plataformas são muito poderosas e ao mesmo tempo colocamos a culpa neles por não suprimirem qualquer tipo de movimento político desviante ou acham que eles tenham que ser guardiões contra qualquer tipo de desvio de algum ser humano, porque se eles podem se expressar ali na plataforma, parece que essas pessoas vão dominar o mundo. E aí tem essas ideias doidas que circulam por aí, dizendo que as plataformas são responsáveis pelo extremismo violento ou aquele movimento no Capitol Hill(F) nunca teria acontecido em 16 de janeiro se não fosse por essas grandes plataformas. Então tem várias teorias da influência das mídias na sociedade.

É claro que são formas de interação muito poderosas e novas. Elas são grandes, concentradas, atingem alta escala. Pelo menos nos Estados Unidos, a economia de plataforma é muito mais diversa do que as pessoas percebem, mesmo o Facebook, que é dominante, o Google é dominante. Existem acho que algumas criaturinhas que ficam sempre ali à beira do seu mercado. Nós vimos, por exemplo, a concorrência internacional entre plataformas, como, por exemplo a entrada do

TikTok nos Estados Unidos foi significativa, foi realmente uma grande mudança. E um dos motivos pelos quais o TikTok começou a chamar a atenção era porque: Ai, o Facebook ia fazer isso, ia fazer um lobby em Washington, ia afetar a relação com a China.

Eu acho que é inevitável que essa dominância, essa concentração de algumas grandes plataformas acabe caindo ao longo do tempo. Iremos desenvolver formas de descentralizar esse poder, talvez através de alguns mecanismos legais, às vezes alguns mecanismos de mercado, talvez novas formas de interação que possam surgir. E aí essas outras, esses antigos monopólios vão ser substituídos por novos monopólios.

Nós precisamos parar... Eu acho o seguinte, essa questão da moderação de conteúdo, como nós vemos as grandes plataformas. As pessoas se preocupam com essas possíveis expressões desviantes ou perigosas, mas eles não estão prestando atenção nessa abordagem mais totalitária, porque algumas pessoas podem fazer uma troca de ideias ali no Telegram e aí podem dizer as coisas erradas. Ou tentar estimular algum tipo de manifestação, ou ali elas vão ser racistas. É claro que essas coisas podem acontecer, mas podiam acontecer de outra forma também.

Achar que é a plataforma que deve controlar ou fazer a censura e isso vai nos proteger de todas as pessoas que desviam da norma da sociedade é uma ideia muito perigosa. Temos que aceitar o fato de que as plataformas simplesmente trazem visibilidade a essas coisas acontecendo. Talvez fique mais óbvio hoje do que era antes. Tanto trazer visibilidade às coisas boas quanto ruins, mas principalmente as boas, não é? Tem um caso aqui na Georgia, não sei se sabem quem era Arbery, ele era um adolescente negro correndo em um bairro de brancos e ele foi assassinado porque eles acharam, ficaram com medo que ele estava ali naquele bairro. Não aconteceu nada nos primeiros três meses. As pessoas sabiam que ele tinha sido assassinado, teve ali um certo encobrimento da história. Aí surgiu uma filmagem desse assassinato e isso caiu na mídia social.

E aí, nossa, todo mundo começou a falar disso, "Nossa, que absurdo", "Como isso aconteceu?", "Por que ninguém fez nada?". O chefe de polícia local teve que ser substituído, aí veio a promotoria, em nível primeiro estadual, depois federal. Todo mundo começou a se envolver. E várias reformas ocorreram porque esse caso foi exposto nas mídias sociais. E já aconteceram também coisas horríveis por causa das mídias sociais.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Flávio, realmente é uma questão tão interessante, tem mais duas horas para eu responder essa nova pergunta?

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Não, tem cinco minutos.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): É, eu sei. Bom, tem algumas coisas que eu tenho a dizer em relação a essa sua pergunta. Primeiro, é um exemplo daquele retrocesso tecnológico que eu tinha mencionado, não é? Nós temos ali o pêndulo que agora está indo na outra direção. Isso, é claro, também está sendo um pouco alimentado pela mídia tradicional, porque a mídia tradicional acha que que é superimportante... é superperigoso entrar nas mídias sociais porque é mesmo. Bom, não só porque isso atrai atenção, mas porque atende ao propósito de demonizar um pouco, caracterizar(F) as mídias sociais. A gente só falando daquilo que dá errado. Eu li aquele relatório de transparência do Facebook. Mas nós não estamos acostumados a lidar com números enormes. A proporção de *posts* que o Facebook tira, então, por exemplo, nudez, discurso de ódio, é menos de ponto 0.2% de todos os *posts*. Ou seja, número muito pequeno. Agora, o volume absoluto, claro que é enorme, porque estamos falando de milhões de *posts*.

Um segundo ponto é que tem uma certa barganha que acontece atualmente. A governança acredita que pedir às plataformas, às empresas que elas façam seu trabalho diminui a tarefa dela. Os governos, melhor dizendo, eles não querem lidar com todo mundo, então, que bom que é o Facebook que vai lidar e fazer a moderação de conteúdo. O problema é que isso pode, simplesmente, reforçar o papel e o controle das plataformas. Mas ao fazer isso também existe um outro ponto porque agora as empresas passam a ficar responsável por tanta coisa que qualquer decisão de um tribunal no mundo define um precedente para todas as suas atividades.

É o que eu estava falando lá da guerra dos 30 anos do século 17, então, as organizações internacionais, a sociedade civil, precisam sentar e discutir e entender qual é a distribuição das responsabilidades. É nesse sentido, nós estamos explorando, estamos fazendo isso, a noção de regulação das plataformas, as regulações feitas pelas plataformas e as regulações feitas nas plataformas. Então os termos de serviço são aqueles feitos pela plataforma. Mas os fóruns de moderação são na plataforma. E aí temos também a regulação sobre as plataformas, que é o controle sobre elas. Mas em suma, agora estamos em um ambiente em que há uma pluralidade normativa. Um fato da vida, a gente estava falando sobre isso. Existe uma função de harmonização através dos termos de serviço. Então, quando a gente o direito de ser esquecido, por exemplo, é fascinado que o Tribunal Superior na Europa escolheu dar o direito entre o direito ao acesso à informação e ao acesso à privacidade não para uma empresa privada, mas para uma empresa privada que nem sequer ficava na Europa. E a ideia de que o Google é que equilibra o meu direito de acesso, por

exemplo, é fascinante nessa ideia de distribuição de responsabilidades. E até que os diferentes atores cheguem a um acordo de que precisamos distribuir esses papéis, que é a real implementação da abordagem multissetorial, nós vamos continuar a ter essa luta de braço, que não vai ter ganhadores, vai ter, na verdade, um monte de perdedores, né, que são os cidadãos, a democracia e a Internet como um todo que vai perder muito com isso.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Então, infelizmente já são 5h da tarde aqui no Brasil. Nós temos que encerrar a nossa sessão. Eu gostaria de agradecer ao Bertrand e ao Milton em nome da CGI pelo excelente debate, pelas suas ideias. E como Bertrand disse, nós poderíamos falar mais umas duas horas sobre esse assunto, porque existem tantas outras questões associadas à questão de soberania e outras questões de jurisdição. Tudo associado à infraestrutura da Internet. E nós poderíamos ficar falando sobre isso um tempão.

Nós tivemos um debate muito interessante. O vídeo vai ficar aqui no YouTube no canal do CGI e as pessoas também vão poder ver esse debate posteriormente, caso não tenham podido acompanhar o debate ao vivo no meio da tarde no Brasil. Agradeço muito aos dois pela sua participação aqui conosco durante essas duas horas. Muito obrigado, Milton, muito obrigado, Bertrand por esse excelente debate. Espero vê-los no futuro, em um próximo debate. Vamos ver...

SR. MILTON MUELLER (por intérprete): Em um espaço real, espero.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Quem quiser ir no site do *Internet Jurisdiction* podem baixar os *toolkits*, esse relatório que eu mencionei e entrar em contato conosco, se quiserem falar sobre esse assunto.

SR. FLÁVIO WAGNER (por intérprete): Certo, muito obrigado. Muito obrigado, agradecemos também à plateia que estava aqui nos acompanhando. Tchau a todos.

SR. BERTRAND DE LA CHAPELLE (por intérprete): Muito obrigado, foi ótimo.